

Qualidade dos novos licenciados só vai notar-se daqui a uns anos

«Quando chegou o fim-do-ano, queriam obrigá-me a passar todos os alunos, e eu queria chumbar todos. Escrevi uma carta, pedi a demissão, pronto...» «Esta é a história da «efemera» relação que o arquitecto Tomás Taveira manteve com a Universidade Lusitana (UL). Um caso contado com as suas palavras e publicado no início de Fevereiro num vespertino de Lisboa.

O homem que conta a história, e que a viveu, refere, mais à frente e ainda no seguimento da conversa sobre o ensino da arquitectura, que é defensor da iniciativa privada, mas não quer o liberalismo selvagem e muito menos uma democracia que leve os grupos a colocarem-se ao Poder e a influenciá-lo.

Muitos dos recém-licenciados que leccionam nas três Universidades mais jovens de Lisboa não têm, no entanto, o à-vontade profissional e, com certeza, financeiro do arquitecto Tomás Taveira.

Testes de frequência onde abundam erros ortográficos — que não se limitam à falta do H numa forma do verbo haver mas que rondam a monstruosidade (quem é que reconhece na palavra «hezistem» uma forma de existir?) — para além da confusão de conceitos e deficiente capacidade de expressão, devem ser corrigidos com os olhos postos no que os pais de tais alunos pagam por mês.

«O culpado é o Estado, que acabou com os cursos de formação profissional; agora toda a gente quer ir para a Universidade» — opina um avôzinho, para quem «antes é que era bom». «O culpado é o Estado, pois tais deficiências vêm do secundário» — afirmam alguns responsáveis pelas novas Universidades.

«O nosso nível de exclusões é muito rigoroso, porque eles percebem que só pode valer-lhes a pena ter

um diploma de prestígio», diz o professor Martins de Carvalho, da Universidade Internacional (UI).

Quanto ao pessoal docente, tanto as duas referidas como a Autónoma Luís de Camões (UAL) têm um grande número de nomes que integram o pessoal de Universidades estatais. Talvez por isso três presidentes das associações de estudantes reconhecem que, «nesta fase de afirmação», carecem ainda de um corpo docente próprio, que passe mais tempo com

eles, que esteja à disposição da sua necessidade de apoio.

Cursos para quê?

O «nível do corpo docente», bem como a indolência científica e a qualidade pedagógica de tais instituições «são preocupação do Estado», segundo a Secretaria de Estado do Ensino Superior.

O que esta entidade não refere estar entre as suas preocupações é o tipo de cursos a ministrar. E, assim, todas as Universidades privadas portuguesas incluem, na lista dos cursos que nelas é possível obter, o de Direito. Neste mau momento para quase todos os recém-licenciados, trata-se de uma licenciatura nada virada para as ofertas do mercado de trabalho.

Gestão, Economia, História, Línguas e Literaturas Modernas, Arquitectura, Matemática Aplicada e Sociologia são outros cursos ministrados na UAL e na UL. Destes, quatro ainda não têm aprovação publicada no «Diário da República».

A UI, por sua vez, demarca-se das outras duas pelo «carácter específico» dos seus cursos, além de direito e Gestão. «A nossa Universidade tem uma vocação internacional, não só virada para a CEE mas para os filhos dos imigrantes e para os jovens dos países de língua oficial portugue-

sa», explicam os seus responsáveis.

Também o seu capital é «internacional», pois 25 por cento dele é brasileiro. «Temos um acordo com a Universidade Gama Filho, no Brasil, que é a maior universidade privada de língua portuguesa», explica Rui Rodrigues, presidente da AE da UI.

Assim, a sua lista de cursos inéditos em Portugal, uns que conferem licenciatura e outros não, é apresentada pela instituição como o seu grande trunfo relativamente às estatais e às outras privadas. Só que, segundo aquele dirigente associativo, que frequenta o 4.º ano de Direito e se candidatara às Universidades públicas (não entrou por «não ter a média que pretendia»), tais cursos inéditos ainda não foram aprovados pela Direcção-Geral do Ensino Superior, «apesar da pressão que temos feito».

Segurança Social, Gestão Hoteleira e Gestão Bancária e Seguradora

são os nomes dados a esses cursos. O professor Martins de Carvalho considera: «No caso do de Segurança Social, por exemplo, vai proporcionar licenciados em gestão do segundo maior volume de dinheiro do Estado, logo a seguir ao OE».

Engenharia, nas variantes de Produção, Telecomunicações e Agro-indus-

trial, é um curso que os órgãos académicos da UAL já aprovaram mas que ainda não tem o «sim» ministerial. Apesar dessa falta, vão ser ministrados no próximo anos porque, nas palavras de Manuel Damásio, secretário-geral da instituição, «estão desde já criadas as condições indispensáveis ao seu funcionamento».

Ao serviço de quem?

«Os estabelecimentos particulares de ensino superior, para além do interesse público que possa ter a sua actividade, exercem, efectivamente, uma prestação de serviços a quem recorre quem o desejar». Esta é uma consideração do Governo, que diz ainda ter intenção de respeitar e apoiar, «na medida que lhe for possível», tal sector de ensino.

«Prestação de serviços» cuja necessidade é sublinhada pelos responsáveis e também por eles justificada com as lacunas não colmatadas pelos diversos Governos.

Nem os critérios de avaliação, as formas de elaboração dos currículos dos cursos, a dedicação do pessoal docente ou a definição do que é que tem que ser pago ou não (caso das cadeiras em atraso, dos exames em segunda época e dos pedidos de revisão de provas) são agora reguladas pela entidade que poderia dar alguma unidade ao sector — o «Estado».

Todas as questões que se colocam à volta de pontos como aqueles levantam uma outra, mais geral — é a da qualidade, esse «prego» do ensino português que tão martelado tem sido nos últimos anos.

A qualidade dos novos cursos, dos novos estabelecimentos, dos novos licenciados (todos eles resultados de um «deixa-andar» governamental e com a convivência de uma mentalidade a que preside o «salve-se quem puder») ainda está para fazer-se notar. Logo se vê.

Ensino Particular